

Três reflexões sobre a Guerra do Paraguai¹

Palestra proferida no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

*Francisco Fernando Monteoliva Doratioto**

Agradeço o convite do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil para esta palestra sobre a Guerra do Paraguai. Considero um privilégio estar aqui, diante de uma platéia tão qualificada, conhecedora da evolução desse conflito. Por isso mesmo, parece-me não ser o caso de repetir informações factuais, que constam em meu livro *Maldita Guerra, Nova História da Guerra do Paraguai*, mas de apresentar reflexões sobre alguns aspectos do conflito. Reflexões que constituem, na verdade, um pretexto para que possamos dialogar e, mesmo, polemizar sobre interpretações dessa guerra, na tentativa de melhor compreendê-la.

São três os temas que escolhi para fazer essa reflexão: as origens da interpretação revisionista sobre as causas da Guerra do Paraguai; se o conflito era ou não inevitável e os motivos de sua longa duração.

A origem da interpretação revisionista sobre as causas da Guerra do Paraguai

Terminada a Guerra do Paraguai e até fins do século XIX, não se questionava, quer nos países vencedores, quer no Paraguai, mesmo entre antigos colaboradores de Francisco Solano López, a responsabilidade deste quer pelo desencadear do conflito, quer por sua continuidade inútil, quando já estava caracterizada a derrota paraguaia. Também era praticamente consensual ter sido Solano López um ditador, que governou o Estado como se fosse sua propriedade particular, e que foi o responsável por atos cruéis contra seus subordinados e membros da população civil.

O controle absoluto que Solano López exercia sobre o Paraguai e seu impressionante comportamento durante a guerra reper-

* Professor Adjunto do curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília e Professor no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

¹ Colaboração do IGHMB.

cutiram nas historiografias de vencedores e vencidos. Sem amplo acesso aos arquivos de governos e de personagens da época da guerra, bem como sem os conhecimentos teóricos e metodológicos que o historiador passou a usufruir posteriormente, essas historiografias personalizaram a explicação das causas do conflito na figura de Solano López, deixando em segundo plano o processo histórico que levou ao conflito.

No Paraguai, no final do século XIX, a juventude estudantil de Assunção estava cansada da interpretação do passado do país, apresentado como terra de déspotas e desencadeador de uma guerra que lhe foi ruínosa. Essa juventude buscava romper com o sentimento de inferioridade em relação às outras nações e necessitava de heróis que encarnassem os valores, supostos ou verdadeiros, da nacionalidade paraguaia. A educação liberal oferecia-lhe quase unicamente a denúncia do passado e dos “anti-heróis”, os três ditadores que governaram o país até 1870.

Essas circunstâncias viabilizaram o nascimento do revisionismo da figura de Solano López. Este teve sua imagem transformada para a de herói, vítima da agressão da Tríplice Aliança. Esse revisionismo foi fomentado por Enrique Venancio Solano López, filho do ditador, interessado em recuperar os bens da família, que haviam sido confiscados por decreto do Governo Provisório paraguaio em 1869. Elevar Solano López à condição de herói facilitaria conseguir a anulação desse decreto e, portanto, recuperar esses bens.²

O revisionismo *lopizta* se robusteceu nas décadas seguintes, a ponto de, em 1936, o Presidente paraguaio, Coronel Rafael Franco, editar decreto tornando Solano López herói nacional. Foi, porém, nas três décadas da ditadura do General Alfredo Stroessner (1954-89), que o *lopizmo* tornou-se ideologia de Estado, sendo perseguidos aqueles que a questionavam. Afinal, o Partido Colorado fora fundado, em 1887, pelo General Bernardino Caballero, expoente do Exército paraguaio na guerra contra a Tríplice Aliança e homem de confiança de Solano López, herói dos colorados. Stroessner chegou ao poder em 1954 por meio de um golpe de Estado e necessitava do apoio do Partido Colorado. Nesse contexto, Stroessner lançou mão de princípios ideológicos que lhe dessem legitimidade histórica e apoios, apresentando-se como continuador da obra de Caballero e de Solano López. No Paraguai, foi o pensamento de direita e não de esquerda, como ocorreu no Brasil e em outros países, que construiu a figura histórica de Solano López como um herói épico e mártir que morre para salvar sua pátria.

Em nosso país, o revisionismo favorável à figura de Solano López e responsabilizando o Império pela Guerra do Paraguai foi introduzido, já em fins do século XIX, pelos ideólogos do positivismo, inimigos do regime monárquico de governo. Esses ideólogos combateram, em jornais e livros, aqueles que apontavam ser de Solano López a responsabilidade pelo início da guerra.³

² Relatório Político sobre o Paraguai (Confidencial), por Arthur dos Guimarães Bastos, 2º Secretário da Legação em Assunção. Anexo ao ofício 122, Assunção, 5.10.1931. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legações do Brasil - Paraguai - Ofícios Enviados, 2014-6.

³ COLLOR, Lindolfo. *No Centenário de Solano López*. São Paulo: Melhoramentos, 1926, p. 69.

Foi, porém, na década de 1960 que apareceu uma nova vertente explicativa, apresentando o imperialismo inglês como responsável pela Guerra do Paraguai. Solano López adquiria, assim, dimensão ainda maior, a de herói anti-imperialista. Por essa interpretação, a guerra resultou, em última análise, do confronto entre uma premeditada estratégia de crescimento auto-sustentado, de parte do Paraguai, e outra, baseada no ingresso de recursos financeiros e tecnológicos estrangeiros, adotada pelo Brasil e pela Argentina. O historiador paraguaio Ricardo Caballero Aquino, citando textualmente dois expoentes desse revisionismo – o argentino León Pomer e o uruguaio Eduardo Galeano – afirma ser a teoria imperialista a favorita de uma “esquerda populista latino-americana”.⁴

Nos últimos anos, vários historiadores brasileiros e mesmo paraguaios contestaram essa explicação imperialista. Demonstrei no meu livro *Maldita Guerra* que o conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai resultou do próprio processo histórico regional, não tendo havido qualquer interferência britânica para desencadear o conflito. Ao contrário, transcrevo carta conciliadora do representante britânico em Buenos Aires, Thornton, para o Chanceler paraguaio, José Berges, logo após o aprisionamento do vapor *Marquês de Olinda*, em Assunção, e do rompimento de relações diplomáticas com o Brasil por parte do Paraguai. Nessa carta, Thornton oferecia seus serviços para evitar uma guerra entre esses dois países.⁵

O Paraguai, ao contrário do que afirmaram os revisionistas no Brasil, não tinha um projeto de “desenvolvimento para dentro”, não era um país industrializado, não constituía uma ameaça comercial à Inglaterra e nem esta tinha interesse vital no algodão paraguaio. O Paraguai era um país agrícola, atrasado, que tentava, sim, se inserir na divisão internacional do trabalho e importava técnicos e máquinas ingleses. Responsabilizar o imperialismo inglês pelo desencadear da guerra vai contra, portanto, a lógica histórica, inclusive porque o Império do Brasil havia rompido relações diplomáticas com a Grã-Bretanha em janeiro de 1863, devido à chamada Questão Christie.

Como explicar, então, que os meios acadêmicos brasileiros tenham anestesiado seu senso crítico e ignorado documentos, aceitando passivamente – quando não respaldando – a explicação imperialista? Penso que o motivo principal está no contexto histórico da época em que essa explicação foi gerada e difundida. As décadas de 1960 e de 1970 caracterizaram-se, na América do Sul, por governos militares, que impuseram restrições às liberdades, inclusive acadêmica. Uma forma de se lutar contra o autoritarismo era minando suas bases ideológicas. Daí, em grande parte, a acolhida a crítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal; por denunciar a ação imperialista e por criticar o desempenho dos chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e,

⁴ CABALLERO AQUINO, Ricardo. “Abnegación Romántica y Estéril”. In: CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias; Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 1988, v. 1, p. 18.

⁵ In: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra; Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 90.

no Brasil, Caxias e Tamandaré tornaram-se, respectivamente, patronos do Exército e da Marinha. Nota-se, ainda, nas entrelinhas de trabalhos revisionistas, a construção de certo paralelismo entre Cuba socialista, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras “progressistas” no século XIX, isolado e vítima da então potência mais poderosa do planeta, a Grã-Bretanha.

A guerra era inevitável?

A pergunta pode parecer, em um primeiro momento, redundante. Existe a tendência de se crer que se um determinado fato histórico ocorreu, então ele era inevitável. Não penso assim. Creio que para cada situação histórica existem várias alternativas e cabe ao historiador explicar por que uma delas se impôs às demais, tornando-se História. No caso da crise no Rio da Prata, em 1864, a alternativa da guerra se impôs por um conjunto de fatores.

Do lado brasileiro, o fator mais importante foi a falta de uma diretriz de política externa para a região, por parte do Partido Liberal que retornou ao poder em 1862. Quando na oposição, os liberais haviam criticado a política em relação ao Rio da Prata, implementada desde final da década de 1840, que consistia em garantir as independências do Paraguai e do Uruguai, de modo a evitar a reconstrução, sob a forma de uma república liderada por Buenos Aires, do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Essa república implicaria a nacionalização dos rios Paraná e Paraguai, ameaçando a livre navegação em direção a Mato Grosso, vital para a comunicação entre essa

provincia e o Império. Ademais, uma república poderosa ao sul, poderia ser um exemplo a inspirar movimentos republicanos no Brasil e, ainda, ser uma ameaça potencial sobre a problemática Província do Rio Grande do Sul.

Essa postura crítica dos liberais não havia resultado, porém, na elaboração de uma política alternativa para o Prata. Assim, já fragilizado junto à opinião pública brasileira, em decorrência da impotência frente à agressão inglesa na Baía da Guanabara em fins de 1862 – a Questão Christie –, o Governo Liberal não resistiu à pressão de estancieiros gaúchos para intervir na guerra civil uruguaia. Ao contrário, viu nessa intervenção a oportunidade para recuperar o prestígio interno no Brasil. Partia o Governo Liberal da premissa de que o frágil Governo legal uruguaio, sob controle dos *blancos*, não teria condições de resistir às pressões brasileiras em favor dos interesses dos estancieiros gaúchos.

A intervenção brasileira no Uruguai, nessas circunstâncias, rompia com a política anterior. Afinal, a intervenção de 1851, contra Oribe, ocorrera devido à presença de tropas de Rosas em território uruguaio, com o conseqüente risco à independência do Estado Oriental, e não em favor de interesses específicos dos pecuaristas gaúchos. Além disso, a intervenção de 1864, em favor dos *colorados*, também inovava ao ser feita em harmonia com Buenos Aires. Na verdade, na crise uruguaia, bem como nos seus desdobramentos, os liberais brasileiros agiram de forma reativa, improvisada, a reboque dos acontecimentos, enquanto anteriormente a política dos conservadores em relação ao Rio da Prata tinha sido ativa, resultante de avaliação

conjuntural e subordinada a objetivos estratégicos definidos.

Tanto no plano político, quanto no militar, eram errôneas as informações de que dispunham os governantes e chefes militares brasileiros. A representação diplomática brasileira em Assunção sofreu, a partir de 1862, com mudanças freqüentes de chefia, comprometendo a obtenção de informações sobre o país. O último Ministro Residente pré-guerra, César Sauvan Viana de Lima, estava no posto há apenas três meses, tendo chegado em fins de agosto de 1864; ele e seus auxiliares eram vigiados pela polícia paraguaia e não tinham acesso à sociedade local.⁶ Mesmo impedido de obter informações confiáveis, esse representante enviou informes ao Rio de Janeiro afirmando não haver risco de o Paraguai apoiar concretamente o Governo uruguaio contra o Brasil. Desse modo, não foi levada a sério a ameaça de Solano López de dar esse apoio, implícita na nota entregue à Legação brasileira em 30 de agosto de 1864. Por outro lado, Sauvan Lima informou a Tamandaré, comandante da esquadra que participou da intervenção no Uruguai, que as tropas paraguaias não teriam capacidade de resistir a uma eventual ação militar brasileira. Para o diplomata, bastaria uma força de dez mil homens para derrotar os soldados paraguaios, por serem precariamente armados e treinados, e tomar Assunção.⁷

É difícil imaginar que o Governo Imperial teria promovido a intervenção mili-

tar no Uruguai, caso houvesse uma avaliação correta das intenções de Solano López. Também é difícil imaginar que Tamandaré tivesse mantido a postura de intervenção militar direta em favor dos *colorados*. E parece menos provável, ainda, que ele tivesse se oposto à tentativa, do diplomata e político conservador José Maria da Silva Paranhos - futuro Visconde do Rio Branco -, de buscar, no início de 1865, uma solução negociada, quer para pôr fim à guerra civil, quer para o atendimento das exigências brasileiras.

Da parte de Solano López, por sua vez, sua decisão de ir à guerra deu-se sobre falsa premissa. Ele convenceu-se da veracidade dos alertas do Governo do Uruguai de que, na guerra civil neste país, as posições harmoniosas entre o Império brasileiro e a Argentina indicavam que os dois países pretendiam dividir o território do Estado Oriental, anexando-o, e, posteriormente, voltando-se contra o Paraguai. Esses alertas eram infundados e dificilmente Solano López teria neles acreditado se dispusesse de representantes diplomáticos no Rio da Prata, que lhe proporcionassem informações fidedignas. Na região, porém, inexistiam diplomatas ou cônsules paraguaios, havendo apenas um representante comercial em Montevidéu.

Na Argentina, por sua vez, o Presidente Bartolomé Mitre, a partir do início de 1865, estava informado dos preparativos militares do Paraguai - afinal, o Mato Grosso fora invadido em dezembro do ano an-

⁶ VIANA DE LIMA para Chanceler DIAS VIEIRA, ofício confidencial e reservado, Assunção, 19.9.1864. Arquivo Histórico do Itamaraty, 201-1-10. Documento sem título, outubro/novembro de 1864, com informe detalhado dos movimentos dos membros da Legação brasileira em Assunção. Archivo Nacional de Asunción, *Colección Rio Branco*, documento 2.411.

⁷ VIANA DE LIMA para DIAS VIEIRA, ofício confidencial e reservado, Assunção, 10.10.1864 e VIANA DE LIMA para TAMANDARÉ, ofício confidencial e reservado, Assunção, 13.10.1864, Arquivo Histórico do Itamaraty, 201-1-10.

terior – e do risco de um ataque a território argentino.⁸ São muito fortes os indícios de que Mitre desejava esse ataque, visto como uma oportunidade de ter um pretexto para atacar Solano López, aliado externo da oposição federalista argentina, que resistia à construção do Estado Nacional centralizado, sob a hegemonia de Buenos Aires. Contudo, também nesse caso, informações equivocadas ocupam posição relevante na definição da política externa por parte dos homens de Estado argentinos. Mitre não tinha informações corretas sobre os efetivos paraguaios e sua preparação militar.

O Governo uruguaio, por seu lado, equivocou-se ao supor que o Paraguai fosse lhe dar socorro de imediato, já em meados de 1864. Somente essa convicção pode explicar o comportamento das autoridades uruguaias, de desafiar, simultaneamente, o Império brasileiro e a Argentina. Essa postura robusteceu a decisão do Governo Imperial de intervir no Uruguai.

Pode-se concluir, portanto, que, no processo de decisão em todos os países envolvidos na guerra, a baixa qualidade das informações recebidas pelos governos contribuiu para o desencadear da guerra. Os governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível.

Em pelo menos duas ocasiões se pode vislumbrar uma “encruzilhada histórica”, quando foi possível aos homens de Estado interpretarem os fatos de uma forma que

reduzisse, em lugar de acelerar, a dinâmica que levou à guerra. A primeira foi quando da intervenção militar terrestre brasileira no Uruguai, iniciada em 12 de outubro de 1864. Solano López não interpretou que o objetivo da intervenção se esgotava na queda do Governo *blanco*, mas sim de que era a prova da veracidade das acusações da diplomacia uruguaia de que a Argentina e o Brasil planejavam pôr fim à independência do Uruguai. O território do Uruguai, segundo essa acusação, seria dividido entre esses dois países, os quais, em seguida, se voltariam contra o Paraguai.⁹

A segunda “encruzilhada histórica” foi a assinatura do Protocolo de Paz de Villa Unión. Por esse documento, o Presidente uruguaio em exercício, o *blanco* Manuel Herrera y Obes, que estava fortificado em Montevideú, aceitou que o caudilho colorado General Venancio Flores assumisse a Presidência da República, pondo fim à guerra civil. O acordo foi obtido graças a José Maria da Silva Paranhos, político do Partido Conservador e que, por ser grande conhecedor dos assuntos do Rio da Prata, foi enviado pelo Governo Liberal para Uruguai. Um ataque à capital poderia ter levado à morte dois mil soldados brasileiros, devido às trincheiras que a defendiam.¹⁰

O sucesso de Paranhos custou-lhe, porém, sua demissão. A justificativa para tal ato era a de não ter o acordo reparado a honra do Império ultrajada pelo governo *blanco* do Presidente Aguirre, que promoveu a queima, em praça pública, da bandeira brasileira. Paranhos, durante a sua

⁸ DORATIOTO, Francisco, op. cit., p. 131-2.

⁹ BOX, Pelham Horton. *Los orígenes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Buenos Aires: Ediciones Nizza, 1958, p. 186.

¹⁰ BORMANN, General J. B. *A Campanha do Uruguay (1864-1865)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 294.

missão, atritara com o Contra-Almirante Tamandaré, comandante, da esquadra brasileira nas costas do Uruguai e defensor de represálias militares contra Aguirre, em substituição à postura negociadora do diplomata. Desgostoso com os acontecimentos, Tamandaré pediu demissão do comando das forças navais do Império no Prata. O Chefe de Governo, conselheiro Furtaido, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dias Vieira, propuseram a demissão de Paranhos ao Imperador, argumentando que ela era reclamada pela opinião pública.¹¹ De fato, o sentimento bélico ganhara dinamismo próprio junto à opinião pública brasileira, fugindo ao controle de seu maior fomentador, o Governo Liberal, que utilizava a situação uruguaia para desviar a atenção da opinião pública dos problemas internos brasileiros.

Com a demissão de Paranhos, foi eliminada uma saída diplomática para a situação uruguaia. Para o Visconde de Niterói, o convênio de 20 de fevereiro de 1865 era o “prenúncio de um arranjo pacífico em toda a extensão que tanto teria poupado o Brasil e ainda mais ao Paraguai”, pois a guerra poderia ter sido “talvez até evitada”.¹²

O pano de fundo desses acontecimentos foi a própria definição e consolidação dos Estados Nacionais na região. O Estado Nacional argentino centralizado somente foi formalizado em 1862 e a oposição interna federalista foi, com grande dificuldade, neutralizada, ao ser isolada de apoio externo, de Solano López e dos *blancos*

uruguaiois, graças à Guerra do Paraguai. Neste país, o Estado Nacional deixa de ser autocrático, tornando-se liberal, e tem suas fronteiras definidas com seus dois maiores vizinhos, após esse conflito. No Uruguai rompe-se o equilíbrio instável entre *blancos* e *colorados*, em favor destes. O próprio Império do Brasil, que já definira e consolidara o Estado Nacional monárquico centralizado na década de 1840, vitorioso na guerra, robustece os vínculos da Província do Mato Grosso com o resto do país e impõe a definição de limites com o Paraguai. A Guerra do Paraguai, para os quatro países nela envolvidos, contribuiu, em maior ou menor intensidade, para o fortalecimento da identidade nacional, instrumento de legitimidade dos Estados Nacionais.

Os motivos da longa duração da guerra

Também aqui a falta de informação ocupa papel relevante. Refiro-me à ausência de cartas geográficas sobre o Paraguai por parte das forças aliadas. As décadas de isolamento paraguaio em relação ao exterior, até 1840, e, a partir de então, o absoluto controle sobre a sociedade paraguaia por parte dos governos de Carlos Antonio López e de Francisco Solano López impediram que estrangeiros explorassem o interior do país.

Após a guerra, em julho de 1870, o Duque de Caxias, ao defender-se no Senado do Império de críticas a seu comando no Paraguai, argumentou que as ações alia-

¹¹ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do. *O Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947, Obras do Barão do Rio Branco, v. 7, p. 202, 215.

¹² Voto do Visconde de Niterói na Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, 25.12.1873. Arquivo Histórico do Itamaraty, Atas do Conselho de Estado - Seção dos Negócios Estrangeiros, cópia datilografada, p. 303.

das eram feitas “às apalpadelas”.¹³ A falta de mapas, de conhecimento sobre o terreno do teatro de guerra, explicaria em parte, segundo essa defesa, a dificuldade das tropas aliadas iniciarem ofensivas importantes, entre o final de 1866 e o início de 1868.

O conhecimento do terreno é, evidentemente, de vital importância para o planejamento e execução de ações militares. Contudo, após meses de guerras de trincheiras frente à Fortaleza de Humaitá, a captura de prisioneiros e, mesmo, a deserção de soldados paraguaios permitiam familiaridade suficiente com o terreno para os aliados desencadear ações ofensivas. Tal desconhecimento não é o motivo principal para explicar a longa duração do conflito, embora tenha sido significativo.

Há, ainda, outros fatores secundários que ajudam a entender a demora na retomada de operações militares após a derrota aliada na batalha de Curupaíti em 22 de setembro de 1866. Um deles é a dificuldade do Marquês de Caxias, novo comandante das forças imperiais na guerra, em reorganizá-las ante a carência de homens, material e, ainda, o moral abalado da tropa, que não foi totalmente restabelecido. Ao mesmo tempo, o soldado paraguaio lutava com bravura, mesmo após sofrer derrotas, fato reconhecido por todos os testemunhos da época, inclusive dos chefes militares aliados.

É no plano político, porém, que se deve buscar os fatores principais que explicam a longa duração da guerra. Um deles é a partidização dos oficiais do Exército e da Marinha do Império, que pertenciam ou

eram simpatizantes de um dos dois partidos políticos da época, o Liberal e o Conservador. Havia disputas e desconfianças entre oficiais brasileiros devido a sua filiação partidária, quer no Brasil, quer no teatro de operações. Nas mudanças de comando, quando o novo chefe pertencia à filiação partidária diferente de seu antecessor, ocorria, muitas vezes, a troca dos comandantes de unidades menores. A substituição da competência e do preparo militar pelo critério político nessas substituições comprometeu o desempenho e o estado de ânimo das forças brasileiras. O problema foi minorado com a chegada de Caxias ao Paraguai, em fins de 1866, e a consequente unificação, em sua pessoa, do comando das forças brasileiras. Anteriormente, elas tinham sido comandadas, em gritante erro militar, por três oficiais-generais de igual patente: Quintanilha Jordão, Tamandaré e o Visconde de Porto Alegre.

Outro fator político, de maior relevância do que o anterior, foi a relação de desconfiança entre os chefes militares brasileiros e os seus colegas argentinos. Havia a separação das décadas de rivalidade entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, herança das disputas entre as metrópoles espanhola e portuguesa no Prata, robustecida pela Guerra da Cisplatina e pela política externa expansionista do ditador argentino Juan Manuel de Rosas. Essa rivalidade tornou-se, para utilizar um conceito historiográfico, uma verdadeira “força profunda”, coletiva e durável, das sociedades argentina e brasileira.¹⁴

Eram poucos, no Brasil e na Argentina, os defensores da aliança estratégica en-

¹³ CAXIAS, Sessão do Senado de 15.7.1870. *Anais do Senado*, 1870, v. 2, p. 100.

¹⁴ DUROSELLE, Jean-Baptista. *Tout Empire Périlleux*. Paris: Armand Colin, 1997, p. 223.

tre os dois países, que substituísse, permanentemente, as relações de rivalidade pelas de cooperação. Entre esses poucos, encontravam-se o Presidente Bartolomé Mitre, Comandante-em-Chefe das forças aliadas até o início de 1868, e Rufino de Elizalde, Chanceler argentino. Do lado brasileiro, entre os que pensavam nessa relação estratégica, destacavam-se Francisco Octaviano de Almeida Rosa, que assinou o Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865, e José Antonio Saraiva, ex-Enviado Especial ao Prata no início da intervenção brasileira na guerra civil uruguaia.

A maioria dos políticos e chefes militares brasileiros encarava como tática a aliança com a Argentina e pensava que, finda a guerra, os dois países voltariam à rivalidade e poderiam, mesmo, chegar à guerra entre si. Essa era a opinião de chefes militares brasileiros como o Visconde de Porto Alegre; de Tamandaré; de seu substituto no comando da esquadra Paraguaia, José Ignacio e do próprio Caxias. Tamandaré tinha como elemento adicional a explicar sua aversão aos argentinos, bem como sua resistência em aceitar o comando de Mitre, o fato de ter lutado na Guerra da Cisplatina.

Também Caxias desconfiava da insistência do Presidente argentino para que a Esquadra forçasse a passagem de Humaitá. Essa insistência decorria do plano de Mitre de, em lugar de promover um ataque frontal contra a fortaleza, sitiá-la por água, por meio da passagem da Esquadra, e por terra, mediante uma marcha por seu flanco

esquerdo do Exército aliado, até alcançar o Rio Paraguai acima dessa posição. Devido à posição privilegiada de Humaitá e suas dezenas de canhões, Caxias estava convencido de que Mitre, ao propor tal plano, “tem pensamento oculto e maléfico contra o Império”. A força naval brasileira, argumentava com razão Caxias, era instrumento de exercício de poder do Império no Rio da Prata e sua destruição, durante a guerra contra o Paraguai, seria motivo de regozijo em Buenos Aires.¹⁵ De fato, a defesa dos interesses do Império no Prata estava umbilicalmente ligada a uma Marinha de Guerra forte, a qual viabilizava as intervenções na área, transportando e desembarcando tropas e promovendo bloqueios.

A premissa de Caxias, sobre a importância do poder naval brasileiro, era verdadeira, mas errava ao ver em Mitre outras intenções que não a de anular Humaitá. Mostravam-se contraproducentes a sinceridade e a lógica militar de Mitre, ao escrever a Caxias que valeria a pena perder até 2/3 dos encouraçados e, mesmo, toda a Esquadra, no cumprimento do principal objetivo dessa força, que era a de anular Humaitá.¹⁶ A realidade é que Mitre tinha um projeto estratégico de cooperação entre a Argentina e o Brasil para o pós-guerra, e seus planos político e militar não eram orientados pela desconfiança em relação ao aliado brasileiro. Na guerra e depois dela, Mitre permaneceu um leal defensor das boas relações de seu país com o Brasil.¹⁷ O mesmo não ocorria, porém, com os principais chefes mi-

¹⁵ CAXIAS para o Ministro da Guerra, ofício reservado, Tuiú-Cuê, 11.9.1867. Arquivo Nacional, *Guerra do Paraguai*, caixa 811, pacote 1.

¹⁶ In: ROTTJER, Coronel Enrique I. *Mitre Militar*. Buenos Aires: Circulo Militar, 1937, p. 203-4.

¹⁷ Para maiores detalhes, ver DORATIOTO, Francisco. “O fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina” in *Revista Múltipla*. Brasília: Faculdades Integradas UPIS, v. 4, n. 6, jul. 1999, p. 21-40.

litares e políticos do Império, que fizeram suas carreiras com a convicção de ser inevitável uma guerra contra os argentinos. Essa convicção se tornou arraigada entre esses chefes, influenciando suas decisões em alguns momentos da guerra, especialmente ao evitar ações da Esquadra contra Humaitá entre 1866 e início de 1868.

* * *

A Guerra do Paraguai foi um marco no processo histórico dos países nela envolvidos. Árdua é a tarefa de compreender suas origens e desenvolvimento de forma objetiva, evitando explicações simplistas que personificam os acontecimentos ou, ainda, que decorrem das paixões nacionais. A melhor forma de o historiador reduzir ao máximo a subjetividade dessa análise é o respeito à metodologia histórica e a pesquisa em arquivos, quer na busca de documentação inédita, quer para reler documentos já manuseados por outros estudiosos. Em ambos os casos, bem como na leitura de memórias dos personagens históricos, cabe ao historiador confrontar a documentação, compará-la, analisar sua lógica interna e sua relação com o contexto em que foi gerada, permanecendo atento para dúvidas e silêncios.

Penso que a pesquisa histórica deve-se nortear pelo princípio ético do respeito às vozes do passado, buscando explicar às

gerações atuais o contexto em que foram geradas e os valores que carregavam. Outro princípio que deve estar presente no trabalho do historiador é o da humildade, devendo considerar, sempre, que seu trabalho não é A verdade final sobre determinado assunto, mas sim UMA verdade. A descoberta de documentos inéditos e novas abordagens teóricas podem levar ao aperfeiçoamento das verdades conhecidas ou, então, à sua superação.

No meu livro *Maldita Guerra* e nesta palestra estão presentes esses dois princípios. Foi minha preocupação apresentar o sacrifício e a dedicação dos personagens anônimos, soldados ou civis, independente de sua nacionalidade. Foi minha preocupação explicar as origens e a dinâmica da guerra a partir de sólida base documental, incorporando os avanços metodológicos e teóricos. O resultado desse trabalho, dos muitos anos de pesquisa, está exposto, sem censura, sem omitir informações que considerei relevantes, no *Maldita Guerra*. Essa é a minha verdade, é uma verdade, que pode, claro, vir a ser superada. Contudo, qualquer contestação que venha a ser feita terá de também basear-se em base documental, sob pena de ser mais uma abordagem ideológica de um tema que, tantas vezes, foi vítima de paixões e subjetividades, ofendendo os mortos e desrespeitando os vivos. ●